

Farmacêuticos entregam ao Governo Lula proposta de política de medicamentos e de assistência farmacêutica



Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, entrega proposta de assistência farmacêutica ao Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

O Ministro da Saúde do Governo Lula, Humberto Costa, vai receber, em janeiro, a proposta de política de medicamentos e assistência farmacêutica elaborada pelos farmacêuticos. Ela é resultado de uma discussão realizada, em Brasília, nos dias cinco e seis de dezembro, pelas mais representativas entidades farmacêuticas do Brasil. Em novembro, o Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, já havia entregue a proposta do CFF para o setor ao Deputado Federal Arlindo Chinaglia (PT-SP), médico e um dos coordenadores da política de saúde da equipe de transição. Ainda assim, o CFF quis aprofundar as discussões e produzir um novo documento comum, que trouxesse o pensamento das principais instituições profissionais. Para tanto, o Conselho reuniu, em Brasília, em seu auditório, os diretores dos Conselhos Regionais e de outras entidades farmacêuticas, além de conselheiros federais e farmacêuticos em geral.

O documento único, extraído das propostas apresentadas, é detalhista, ao propor uma política de me-

dicamentos e de assistência farmacêutica ao Governo Lula. Ele levanta argumentações fundamentais, sob certos pontos de vista até pedagógicas, e traz números e dados importantes para ilustrar a proposta.

Deixa claro, por exemplo, que a assistência, o conjunto de ações desenvolvida pelo farmacêutico, tem no paciente o seu principal beneficiário. O documento diz que as ações de assistência farmacêutica, todas indispensáveis dentro de uma equipe multiprofissional de saúde, começam com o mapeamento epidemiológico do município ou da região onde o farmacêutico atua. O mapeamento é uma espécie de radiografia das enfermidades mais prevalentes do local. Esse levantamento propicia ao farmacêutico padronizar os medicamentos indicados para o combate das doenças.

Segundo detalha a proposta dos farmacêuticos, as vantagens da padronização são enormes, pois resultam numa lista de medicamentos básicos, baseada na Rename (Relação Nacional de Medicamentos), do Ministério da Saúde, a qual não inclui

mais que 400 itens. Significa evitar o desnecessário número de prescrições de milhares de diferentes medicamentos, o que gera desperdício para a saúde pública e para o paciente. Hoje, no Brasil, são vendidos cerca de 8 mil medicamentos em 14 mil diferentes apresentações. Outras funções importantes do farmacêutico são a seleção dos fabricantes e dos distribuidores, o armazenamento do medicamento e a sua dispensação.

Para exercer a dispensação, a proposta enfatiza, o farmacêutico utiliza-se de um arsenal de serviços, que se denomina atenção farmacêutica. Esta é capaz de ajudar a solucionar um grande e importante percentual das doenças que afetam a população e custa menos, por ser considerada uma ação de atenção primária à saúde.

De acordo com o documento, o farmacêutico tem se qualificado para assumir os novos desafios impostos pela saúde, como as ações de prevenção, e deseja participar da grande transformação de que o setor necessita.

Documento do CFF - Quanto ao primeiro documento, o que foi elaborado pelo CFF, foi entregue ao Deputado Arlindo Chinaglia, durante a realização do Fórum das Entidades dos Trabalhadores da Área de Saúde, em novembro, em Brasília. Ele apresenta as dificuldades de acesso ao medicamento dos brasileiros situados nas faixas mais pobres da

Propostas das entidades

Durante a reunião, a revista PHARMACIA BRASILEIRA solicitou a todos os representantes das entidades que encaminhassem, via Internet, a sua proposta individual de política de medicamentos e de assistência farmacêutica, até o dia 11 de dezembro. Apenas a Anfarmag (Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais) atendeu à solicitação. A sua proposta é a seguinte:

A Anfarmag (Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais), diante do quadro atual da Farmácia brasileira e das atividades do profissional farmacêutico, percebe a necessidade de definições modernas que insiram a Farmácia e o farmacêutico neste novo contexto.

Desta forma, propomos a elaboração de um anteprojeto complementar aos subs-

Argentinos discutem genéricos

população; leva sugestões que possam resultar na melhoria do acesso e alinhava pontos vantajosos da participação do farmacêutico no Sistema Único de Saúde em diferentes esferas.

A participação do farmacêutico foi abordada com ênfase e de maneira detalhada. A proposta do CFF discorre sobre a ação do farmacêutico na gestão municipal e nos programas do Ministério da Saúde. Ela avança a outros itens, como a importância do farmacêutico nas farmácias comerciais prestando atenção primária, dentro desses estabelecimentos.

Nesse particular, a proposta ressalta que o farmacêutico e a farmácia (comercial) são dois importantes aliados do SUS na facilitação do acesso ao medicamento. Para tanto, o CFF pede que farmácias privadas sejam credenciadas pelo Ministério da Saúde para dispensar medicamentos gratuitos à população, dentro do sistema de ressarcimento dos valores.

O fracionamento também foi minuciosamente tratado na proposta, bem como o papel do farmacêutico na farmacovigilância. A proposta do CFF e a que foi elaborada conjuntamente pelas entidades farmacêuticas, em dezembro, são muito parecidas na maioria dos tópicos. Quando estiver concluído, o texto da proposta comum será disponibilizada pelo CFF, em sua página (www.cff.org.br).

titutivos que estão em tramitação, na Câmara dos Deputados, abordando os seguintes tópicos:

1. Conceitos e definições atuais relativos à atividade do estabelecimento e do farmacêutico;
2. Condições para licenças e autorizações de funcionamento;
3. Estrutura física dos estabelecimentos que desenvolvem as diversas atividades farmacêuticas;
4. Comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos;
5. Exercício da profissão farmacêutica e áreas de atuação;
6. Assistência e atenção farmacêutica, uso racional de medicamentos, farmacovigilância e ações sociais.

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2002.

Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais

Os farmacêuticos e médicos argentinos, com o apoio do Governo da Argentina e do Conselho Federal de Farmácia do Brasil, realizaram, em Buenos Aires, na primeira semana de dezembro, o Congresso Argentino-brasileiro de Medicamentos Genéricos. Foi o primeiro grande evento do gênero, naquele País, feito com o objetivo de discutir o assunto. O Congresso teve um efeito positivo junto ao setor de saúde e ao governo da Argentina, que está em via de implantar uma política de genéricos, no País.

O Isalud, o instituto de saúde do governo argentino, e o Conselho Federal de Farmácia, pelo Brasil, foram os principais promotores do evento. Na Argentina, vigora uma lei que normatiza a prescrição e a dispensação, porém não existe regulamentação para a produção de medicamentos genéricos, ao contrário do Brasil, onde a regulamentação exige, inclusive, que os medicamentos sejam submetidos a provas de bioequivalência e biodisponibilidade.

A experiência brasileira com essa categoria de medicamentos foi apresentada aos argentinos por diversas autoridades no assunto, como o Presidente e a Gerente de Genéricos da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Gonzalo Vecina e Vera Valente, e Jorge Bermudez, da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz). Na sessão de abertura do Congresso, presidida pelo Ministro da Saúde da Argentina, G. Garcia, e realizada no auditório do Centro Municipal de Exposições de Buenos Aires, o representante do Conselho Federal de Farmácia, Conselheiro pelo Rio Grande do Sul, Gustavo Baptista Éboli, destacou a importância social do programa brasileiro de genéricos, “por possibilitar o acesso da população aos medicamentos necessários”.

Éboli estendeu a sua participação na programação científica do evento, com uma conferência, tendo por tema “Mercado farmacêutico brasileiro”. A Presidente do Conselho Regional de Farmácia de Goiás, Nara Luiza de Oliveira, também participou do evento, como palestrante. Nara discorreu sobre “O papel do farmacêutico e os medicamentos genéricos”.



Gustavo Baptista Éboli